MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

ATA Nº 5

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, no salão da Assembleia Municipal de Redondo, em Redondo, teve lugar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor José Luís Nunes Marques Mónica, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sendo esta composta ainda pela Senhora Ana Carla Galito Vieira de Carvalho e pelo Senhor Pedro Miguel Nunes Panaça. ----------

----- Eram vinte e uma horas, quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Redondo, José Luís Nunes Marques Mónica, deu início aos trabalhos da sessão. ----------

----- Depois de efetuada a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: José Luís Nunes Marques Mónica (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); João António Parreira Canha (MICRE); Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Diogo Miguel Perdigão Amélio (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Mariana Rosa Gomes Chilra (CDU); Domingos Alberto Saraiva Boavida (MICRE); Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas (MVR); Manuel Guerreiro Martins (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Ana Carla Galito Vieira de Carvalho (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Ana Carolina Isabel Murteira (MICRE); Pedro Miguel Nunes Panaça (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira (CDU); Ana Mafalda Martins Gonçalves Pedro Rebocho (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD - CDS-PP); Elisabete Piedade Falé Rainho (MICRE); Maria Eduarda do Amaral Sequeira Tavares Rumiz (MVR); José Carlos Ramalhinho Cidade (Presidente da Junta de Freguesia de

Redondo) e Henrique Duarte Caeiro Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Montoito).

----- Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, David Manuel Fialho Galego e os Senhores Vereadores Sérgio José Perdigão Valente, Pedro Rui Palmeiro Roma, Carla Cristina Ferreira Figueiras e David Manuel Palma Grave. ----------

----- Declarada aberta a sessão, com a seguinte Ordem do Dia: ----------

1. Designação dos Membros da Assembleia Intermunicipal da CIMAC
2. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP)
3. Participação variável no imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)
4. Taxa de Derrama
5. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
6. Autorização Prévia prevista na Lei dos Compromissos
7. Nomeação da Comissão de Análise para seleção e atribuição de bolsas de estudo ao Ensino Superior no Concelho de Redondo para o mandato 2021-2025
8. Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto para o XXV Congresso da ANMP
9. Proposta de Seguros dos Eleitos Locais

Designação dos Membros da Assembleia Intermunicipal da CIMAC

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Luís Mónica referiu que a votação é efetuada por listas e perguntou se havia listas a entregar. Foi entregue uma única lista, denominada lista A, composta pelos membros efetivos Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP) e Mariana Rosa Gomes Chilra (CDU) e membros suplentes Diogo Miguel Perdigão Amélio (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP) e Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira (CDU).

---- Passou-se de seguida à votação nominal, que após termino se obteve o seguinte resultado:----------

- 11 votos na Lista A
- 4 abstenções

---- A Assembleia Municipal elegeu por maioria e em minuta após votação nominal a única lista apresentada, denominada Lista A, designar os membros efetivos Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP) e Mariana Rosa Gomes Chilra (CDU) e membros suplentes Diogo Miguel Perdigão Amélio (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP) e Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira (CDU) para a Assembleia Intermunicipal da CIMAC. ----------

Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP)

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, David Galego para explicação do referido ponto.----------

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo cumprimentou todos os presentes, desejou votos de um bom trabalho para os próximos quatro anos, que o mesmo fosse profícuo, e disse que esta era a casa da democracia e o órgão mais importante de todos e onde se está de forma pluripartidária e representado o movimento de cidadania Redondense. ----------

Na continuação disse que o ponto em questão era fundamentalmente o valor que a Câmara cobra às operadoras de telecomunicações que operam no concelho pela passagem das suas redes no concelho. Disse que o valor não era significativo e que o mesmo rondava cerca de duzentos euros. Disse que efetivamente era um contributo de quem utiliza o nosso concelho e que a taxa proposta seria de 0,25% à semelhança de outros anos. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica passou à votação do referido ponto. ----------

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP). ----------

Participação variável no imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, David Galego para explicação do referido ponto. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo disse que houve um esforço nos últimos anos por via da participação democrática da Assembleia de se reduzir este imposto, para se deixar nas famílias uma parte significativa do valor do IRS dentro daquilo que era a possibilidade da Câmara. Disse que a mesma fazia parte da receita do Município e houve um entendimento no último mandato de se fazer uma redução do valor que se consideraria mais justo. Disse que a taxa seria de 3% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no próximo ano. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica passou à votação do referido ponto. ----------

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a participação variável no imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS). --------

Taxa de Derrama

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, David Galego para explicação do referido ponto. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo disse que tem sido histórico no concelho de Redondo a não aplicação da taxa de derrama durante muitos mandatos, e que havia um entendimento mais ou menos global das forças políticas. Disse que o

nosso tecido empresarial ainda não tinha o dinamismo suficiente para a existência de uma penalização em termos de imposto. Disse que sabia que era por este caminho que também era criada a riqueza dos concelhos. Disse que a geração de emprego se faria muito por via da sustentabilidade e daquilo que era a consistência das empresas e do tecido empresarial. Na continuação disse que sem empresas robustas, bem financiadas e bem estruturadas dificilmente conseguirão continuar a criar emprego ou até manter o que existem. Disse que na sua opinião não se estava num estágio avançado para que esta taxa possa vir a ser cobrada. Disse que por outro lado que a capacidade de atratividade do concelho de Redondo, que entendeu que será importante dinamizar no futuro, passará muito por uma mensagem para o exterior. Disse que o nosso concelho estava disponível para prescindir desta receita, como forma de atratividade de novas empresas. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, passou à votação do referido ponto. ----------

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta com os votos contra dos membros Mariana Rosa Gomes Chilra (CDU) e Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira (CDU), com os votos de abstenção dos membros João António Parreira Canha (MICRE) e Domingos Alberto Saraiva Boavida (MICRE), e os restantes votos a favor aprovar a Taxa de Derrama. ----------

Declarações de voto

---- O eleito João Canha cumprimentou todos presentes, quis primeiramente afirmar que este mandato fosse de transparência democrática e de elevação para o bem comum das populações do Redondo. Disse que gostaria de colocar mais que um pedido de esclarecimento, uma tomada de posição. Disse que era verdade que tem sido efetuada a isenção da taxa de derrama ao longo dos últimos mandatos, mas que de fato

estes eram os rendimentos sobre pessoas coletivas e que embora reconheça tudo o que o Senhor presidente da Câmara disse, parece-lhe que quando se acabou de votar uma taxa de IRS, que era a taxa sobre os rendimentos do trabalho de 3%, disse que não se sentia confortável enquanto cidadão e autarca em votar a favor da isenção da derrama e concluiu que fará uma abstenção por acreditar que nos próximos tempos serão de reflexão do executivo. Disse ainda que se vai penalizar os trabalhadores e não se pede uma contribuição aqueles que tem rendimentos. ----------

CDU

---- O eleito Luís Pereira disse que com esta declaração queria justificar também o fato de se ter votado a favor no ponto anterior para atenuar a divergência entre o que se considera ser aceitável ao imposto sobre o trabalho e ao imposto sobre as empresas. Disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha acabado de falar em dinamismo empresarial, e perguntou onde é que se vai buscar o dinheiro se vamos isentar o imposto às empresas e que provavelmente se vai cobrar à taxa de IRS e aos trabalhadores. Quis deixar um exemplo de uma empresa que tivesse um lucro de seiscentos mil euros, teria um imposto de três mil euros e que tendo em conta que a derrama gerou trinta e seis mil euros e a taxa de IRS gerou cerca de cento e quinze mil euros e disse que o imposto que estava a ser isentado hoje, faria todo o sentido de ser mantido para ajudar esse dinamismo empresarial. ----------

UNA – PPD/PSD – CDS/PP

----- O eleito Diogo Amélio cumprimentos os presentes e disse que a Uma Nova Atitude acha que o nosso concelho ainda não tem um tecido empresarial robusto o suficiente para comportar a taxa de derrama e devido também às condições atuais em que tem

havido consequências negativas para as empresas. Disse que votariam a favor da taxa de derrama. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito João Canha. ----------

----- O eleito João Canha perguntou se havia a perceção em relação aquilo que era o desenvolvimento económico e o valor do volume económico, pergunta qual seria o valor da derrama. ----------

Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, sugeriu que o referido ponto fosse dividido em quatro. Em primeiro seria a fixação taxa de IMI 0,3%, em segundo o Beneficio redução em função do número de dependentes, em terceiro a fixação da redução de 25% a prédios urbanos com eficiência energética e por último a fixação de majoração de 30% a prédios urbanos degradados. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, David Galego para explicação do referido ponto. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Redondo disse relativamente à taxa de IMI e olhando para a taxa que se fixou no último mandato e de forma gradual e que se fixava agora em 0,3%, tinha sido claramente uma decisão praticamente unanime de todas as forças políticas. Disse que se entendeu que este era um benefício que se queria deixar nos contribuintes dos nossos munícipes. ----------

----- Na continuação da palavra disse que no segundo subponto se propunha a existência de um valor que se abata ao valor do imposto, na medida em que as pessoas possam ter mais dependentes a seu cargo. Disse que estes dois subpontos eram mais ou menos conhecidos o trabalho feito nesta Assembleia. ----------

----- Em relação ao terceiro ponto disse que era uma redução do IMI para os prédios urbanos que tem eficiência energética. Disse que há uns anos atrás quando o Redondo iniciou a reabilitação urbana, tinha ficado definido que a taxa de imposto poderia ser reduzida em 50% para as áreas de reabilitação urbana. Disse que também aqui poderia haver aqui alguma desigualdade, porque nunca se consegue chegar da mesma forma a todos os munícipes. Disse que alguns tinha habitações em zonas de reabilitação urbano e que outros que não tinham sido abrangidos. ----------

----- Na continuação da palavra disse que nos surgem outros desafios e que o futuro diz que iremos ter a necessidade de cumprir o plano nacional de energia e clima 2021-2030. Disse que precisávamos de combater a pobreza energética e de criar condições para ao longo dos anos a neutralidade carbónica aconteça, e que como aconteceu no passado com a reabilitação urbana era importante dar um sinal para o futuro e com a eficiência energética das habitações. Disse que também em conjunto com o que o próprio estado tem vindo a fazer, em que criou um vale de eficiência que permita às famílias com situação económica mais vulnerável poderem receber um valor de 1300 euros (acrescido de IVA) para a instalação de janelas, sistema de climatização e outros benefícios nas suas habitações que permitam uma eficiência energética superior. Disse que este não era só um beneficio para aquém consegue ter casas com classe A ou superior, será também o beneficio que permite a quem conseguir melhorar a eficiência energética da sua casa, em duas classes de nível energético. Deu como exemplo uma casa que está classificado como G, através das melhorias de conforto passará para E, frisou que se estas famílias beneficiarem dos 1300 euros do vale de eficiência, também melhora a classe de eficiência energética de G para E conseguem obter esse beneficio. Disse que era um sinal que devia ser dado às novas gerações, ainda que o esforço seja superior na reabilitação das casas, e que ao abrigo do PRR iremos ter benefícios nesta ordem, e que o PRR diz claramente que, ou se melhora a eficiência energética das casas ou não haverá financiamento para esse efeito. ----------

----- Terminou dizendo que este é o caminho quase obrigatório por via das alterações climáticas e que este era um sinal que o estado central nos tem dado, e por isso a introdução deste subponto. ----------

Por último, disse que em sentido contrário, e que também já tinha sido deliberado a nível da Assembleia que efetivamente deverá recair penalização sobre a situação inversa, que são as casas que estão degradadas. Disse que neste quarto subponto tinha a ver com a majoração de 30% da taxa a aplicar aos prédios que estão em situações de degradação. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito João Canha. ----------

O eleito João Canha interveio para dizer que esta redução para 25% certamente deverá ter um estudo da quantidade de domicílios que ficarão abrangidos pelo mesmo. Perguntou qual o impacto financeiro. Questionou a partir de que nível de eficiência energética se beneficia do decréscimo. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito Luís Pereira. ----------

O eleito Luís Pereira disse que queria deixar uma observação em relação ao terceiro subponto da eficiência energética, porque quem não tiver capacidades para poder efetuar recuperação às habitações, e que por experiência própria o valor do vale eficiência não dará para muita coisa, deu como exemplo talvez uma porta e duas janelas, e por isso este subponto prejudicará quem não tem capacidade para fazer esse investimento e que irá beneficiar que tem poder económico. ----------

----- Por último perguntou qual iria ser o sentido de voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Redondo, que sempre votou contra esta situação. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito Nuno Festas. ----------

O eleito Nuno Festas cumprimentou os presentes e disse que em relação à questão da

eficiência energética, a taxa de redução de 25% viola o principio de igualdade, porque nem toda a gente terá a capacidade de efetuar melhorias às suas habitações. Disse que deveria recomendar à Câmara Municipal um incentivo para a recuperação dos imóveis degradados. Disse que em relação ao vale eficiência e que tem conhecimento que acontece por várias vezes é que as atribuições do mesmo acabam por não se verificar, que as pessoas acabam por ter esse custo e que depois não vem o seu investimento coberto por esse vale eficiência. ----------

----- Disse que neste ponto o MVR votará contra a proposta, e perguntou como é que esta aplicação do 25% será feita por parte da Câmara, quem apresenta o quê à Câmara, se será a pessoa em sede de IRS quando entrega nas finanças, terá que entregar uma documentação para fazer valer esta informação. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara David Galego, disse que a redução não será de 75%, mas sim de 25%. Disse que o processo seguirá da forma de, ou as pessoas terão já um certificado energético de classe A ou superior, ou então nos processos de reabilitação será sempre um requerimento efetuado pelo próprio interessado e entregue diretamente nas finanças e será o chefe de finanças que terá a capacidade de reconhecer ou não esse beneficio. Disse que isto será o início do caminho, que não será um processo fechado nem fixo, e que a desigualdades já existem. Disse que quando se fala numa redução de 50% de imposto numa ARU e que olhamos para a Freguesia de Montoito que está dividida em duas partes, e que há ARU numa parte e que não há na outra, uns têm benefícios e outros não. Disse que de verdade não há mecanismo que sejam igualitários para todas as pessoas. ----------

----- Por último disse que não havia nenhum número de edifícios definido, e que o valor será residual. Disse ainda que havia uma situação que se chama Estratégia Local de Habitação que ainda não estava realizado o estudo, estava atrasado face a muitas

outras Câmaras, mas que se estava a tentar acelerar esse processo, e que esse levantamento permite encarar as necessidades para todo o edificado. Quis deixar uma nota que não lhe preocupava o impacto financeiro pelo motivo de que a majoração que está definida de 30% para os imóveis degradados ainda nunca tinha sido aplicada e que não tem dúvidas na aplicação dessa majoração comparativamente com este beneficio o saldo será sempre positivo a favor do orçamento da Câmara. ----------

----- A Assembleia Municipal votou o referido em quatro subpontos:

5.1 - Fixação taxa de IMI 0,3%

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos de abstenção do membro João António Parreira Canha (MICRE) e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia José Carlos Ramalhinho Cidade (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP), e os restantes votos a favor aprovar a Fixação da Taxa de IMI em 0,3%. ----------

5.2 - Beneficio redução em função do número de dependentes

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o Benefício de redução em função do número de dependentes. ----------

5.3 - Fixação da redução de 25% a prédios urbanos com eficiência energética

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos contra dos membros João António Parreira Canha (MICRE), Mariana Rosa Gomes Chilra (CDU), Domingos Alberto Saraiva Boavida (MICRE), Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas (MVR), Ana Carolina Isabel Murteira (MICRE), Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira (CDU), Elisabete Piedade Falé Rainho (MICRE), Maria Eduarda do Amaral Sequeira Tavares Rumiz (MVR) e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montoito Henrique Duarte Caeiro Pereira (MICRE), e os restantes votos a favor, reprovar a fixação de redução de 25% a prédios urbanos com eficiência energética. ----------

5.4 - Fixação de majoração de 30% a prédios urbanos degradados

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com os votos de abstenção dos membros João António Parreira Canha (MICRE), Domingos Alberto Saraiva Boavida (MICRE), Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas (MVR), Ana Carolina Isabel Murteira (MICRE), Elisabete Piedade Falé Rainho (MICRE), Maria Eduarda do Amaral Sequeira Tavares Rumiz (MVR) e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Montoito Henrique Duarte Caeiro Pereira (MICRE), e os restantes votos a favor, aprovar a fixação de majoração de 30% a prédios urbanos degradados. ----------

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, aprovar na generalidade a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). ----------

Declarações de Voto

MICRE

----- O eleito João Canha disse que apesar de não ter passado esta redução de 25%, que achava muito significativo que quer na estratégia local de habitação, quer na dinâmica local da Câmara na sua relação com os munícipes se faça a pedagogia para os mais novos e para os mais velhos. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de Redondo

---- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Redondo, José Carlos Cidade, disse que no terceiro ponto iria-se abster e que concordava com o que o eleito Luís Pereira disse, e que no primeiro ponto continua a abster-se porque acha que se devia taxar as segundas e terceiras casas mais do que estão a pagar, que não deveria ser tudo igual. ---

CDU

---- A eleita Maria Chilra cumprimentou os presentes e disse a CDU votou contra o subponto número 3, porque entende que esta redução beneficia os que mais têm,

constituindo uma descriminação negativa entre cidadãos, que haveria nesta proposta uma desigualdade enorme. ----------

Uma Nova Atitude PPD/PSD – CDS-PP

---- O eleito Diogo Amélio disse que relativamente ao subponto número três a UNA acha importante que o Município faça uso dos mecanismos legais que dispõe para conduzir o concelho a um rumo e uma trajetória de aumento da eficiência energética. É fundamental serem tomadas estas posições que incita através de benefícios fiscais e não de majoração daqueles que não o possam fazer a reabilitação de edifícios no nosso Município, votam a favor da proposta. ----------

MVR

----- O eleito Nuno Festas disse que vota contra ao subponto número três por não estarem reunidas as condições de igualdade para que todos os cidadãos possam ter a hipótese e fazerem alterações nas suas habitações, assim como também se abstém de igual modo em relação à majoração. ----------

Autorização Prévia prevista na Lei dos Compromissos

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, David Galego para explicação do referido ponto. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara David Galego disse que este pedido de autorização para os compromissos plurianuais seria obviamente compromissos que estavam enquadrados dentro do orçamento que será votado pela Assembleia, e passará fundamentalmente pela necessidade de acordo junto da CIMAC para agregar projetos. Deu como exemplo uma última reunião que teve como objetivo para adjudicarem

serviços para acompanhamento para implementação da estratégia Local de habitação. Disse que será muito importante estar definidos acordos na CIMAC que permitam fazer o acompanhamento da estratégia local de habitação, e que neste sentido se propõe que efetivamente seja possível a autorização genérica para que o Presidente da Câmara possa assumir os compromissos plurianuais. ----------

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a autorização Prévia prevista na Lei dos Compromissos. ----------

Declarações de Voto

----- A eleita Ana Mafalda Gama disse que esta declaração de voto se reportava unicamente a ela e ao eleito Diogo Amélio que tem votado sempre contra esta proposta em anos anteriores. Disse que uma consulta atenta às declarações de voto anteriores permite perceber que das eleições de 2017 saiu uma dinâmica sem a maioria de um único partido ou movimento, e que os Redondenses optaram por não dar decisão exclusiva ao executivo MICRE. Disse que nas declarações efetuadas frisaram que para além da alteração das forças autárquicas, nunca se reconheceu ao anterior Presidente da Câmara a capacidade para decidir sozinho estas matérias. Disse que poderão afirmar passado um ano que os Redondenses decidiram alterar o equilíbrio de forças do executivo e dando a maioria encabeçada pelo Dr. º David Galego e justificado o seu voto a favor, e terminou dizendo que o que tem observado da vida autárquica do nosso município desde as últimas eleições, permitem afirmar com toda a certeza que estão plenamente convictos de terem tomada sempre a posição correta durante os últimos quatro anos. ----------

Nomeação da Comissão de Análise para seleção e atribuição de bolsas de estudo ao Ensino Superior no Concelho de Redondo para o mandato 2021-2025

----- O Senhor Presidente Assembleia Municipal, José Luís Mónica disse que seria indicar a pessoa que estará presente na comissão de análise. ----------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra ao eleito João Canha. ----------
O eleito João Canha disse que o grupo do MICRE iria fazer a designação de uma pessoa, mas parecia significativo que este regulamento pudesse vir a ser repensado, porque os fatores de ponderação para atribuição das bolsas estão completamente definidos nos regulamentos. Disse que os mesmos são efetuados pela equipa técnica da Câmara e que chegam à comissão devidamente elaborados. Disse que o fato desta comissão ter um representante de cada força politica, atraia um ónus de infecciosidade antidemocrática que poderá soar a favorecimentos. Deixou claro que se podia ponderar que a comissão pudesse ser constituída por pessoas de idoneidade reconhecida na comunidade, que poderiam estar associadas à Educação e ao Social. ----------

----- Foram nomeados os membros Ana Mafalda de Sousa Molefas Coelho da Gama (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP), Nuno Miguel Cochicho Rosa Grilo Festas (MVR), Luís Filipe Carrasco Mendes Pereira (CDU) e Elisabete Piedade Falé Rainho (MICRE), para a Comissão de Análise para seleção e atribuição de bolsas de estudo ao Ensino Superior no Concelho de Redondo para o mandato 2021-2025. ---------

Eleição do Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto para o XXV Congresso da ANMP

----- O Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica disse que por vicissitudes não estaria previsto haver uma Assembleia extraordinária somente para um ponto único, e que na altura tinha falado com os Senhores Presidentes das Freguesias de Montoito e de Redondo, para que se pudesse definir entre os dois quem iria estar em representação. Disse que entre os dois definiram que quem iria estar presente no

Congresso seria o Senhor Presidente da Freguesia de Redondo e no próximo o Senhor Presidente da Freguesia de Montoito. Perguntou à Assembleia se queriam fazer a votação, ou se levava em consideração aquilo que estaria acordado entre os dois. --------

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu a palavra à eleita Mariana Chilra: ----------

A eleita Mariana Chilra disse que a CDU não tinha nada contra o acordo pré-estabelecido entre os Presidentes de Junta, mas que no entanto não poderia deixar de dizer que estranhou quando recebeu um email a dizer que tinha havido esse acordo, porque isto seria uma competência da Assembleia e que não poderá haver um acordo e que deverá ser votada. ----------

----- O Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Mónica disse que teria toda a razão, mas que era único ponto que se faria. Entretanto existiu uma alteração a nível de legislação da derrama que se teria que comunicar até ao final de novembro. A questão foi só mesmo se seria sensato fazer uma Assembleia só para este ponto ou não. Disse que obviamente o próprio estatuto diz que terá que ser definido em Assembleia. ---------

----- Seguidamente passou-se à eleição nominal, tendo obtido a seguinte votação:

- 13 votos no Presidente da Freguesia de Redondo José Carlos Cidade

- 4 votos no Presidente da Freguesia de Redondo Henrique Pereira,

e a Assembleia Municipal elegeu por maioria e em minuta após votação nominal, o Presidente da Junta de Freguesia de Redondo de Redondo, Senhor José Carlos Ramalhinho Cidade (Uma Nova Atitude, coligação PPD/PSD – CDS/PP) para o XXV Congresso da ANMP. ----------

Proposta de Seguros dos Eleitos Locais

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, passou à votação do referido ponto. ----------

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de Seguros dos Eleitos Locais.

ENCERRAMENTO

----- Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram 21 horas e 40 minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Luís Nunes Marques Mónica, deu por encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos. ----------

-----E eu, Jorge Manuel Farófia Portel, coordenador técnico, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, presentes na respetiva sessão. ----------

O Presidente da Mesa, _____

O Primeiro Secretário, _____

O Segundo Secretário, Pedro Miguel Nunes Panaça